

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0024083203/2025 - HMSJ.CAOP.ACP

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

O Serviço de Oncologia do Hospital Municipal São José é reconhecido como uma referência no tratamento oncológico (CACON). No entanto, atualmente, enfrenta desafios significativos que afetam a qualidade e o tempo de atendimento aos pacientes. Uma das principais questões é a alta demanda, que sobrecarrega o serviço e dificulta o atendimento dentro dos prazos estabelecidos pela Lei 12.732/2012, que estabelece o seguinte:

Art. 2º - O paciente com câncer tem direito de se submeter ao **primeiro tratamento no Sistema Único de Saúde (SUS), no prazo de até 60 (sessenta) dias**, contados a partir do dia em que for firmado o diagnóstico em laudo patológico, ou em prazo menor, conforme a necessidade terapêutica do caso registrada em prontuário único.

§ 1º Para efeito do cumprimento do prazo estipulado no caput, **considerar-se-á efetivamente iniciado o primeiro tratamento da neoplasia maligna, com a realização de terapia cirúrgica ou com o início de radioterapia ou de quimioterapia**, conforme a necessidade terapêutica do caso.

§ 2º Os pacientes acometidos por manifestações dolorosas consequentes de neoplasia maligna terão tratamento privilegiado e gratuito, quanto ao acesso às prescrições e dispensação de analgésicos opiáceos ou correlatos.

§ 3º Nos casos em que a principal hipótese diagnóstica seja a de neoplasia maligna, **os exames necessários à elucidação devem ser realizados no prazo máximo de 30 (trinta) dias**, mediante solicitação fundamentada do médico responsável. (*grifo nosso*).

Além disso, a eventual falta de profissionais médicos oncologistas e as constantes faltas de medicações, em virtude de sucessivos processos licitatórios desertos e/ou fracassados, têm impacto direto no acesso e continuidade dos tratamentos previstos e/ou iniciados. Essas faltas estão relacionadas à dificuldade de aquisição de medicamentos devido à instabilidade do mercado fornecedor farmacêutico. Nesse sentido, considerando a instabilidade do mercado e a dificuldade encontrada na aquisição dos medicamentos quimioterápicos - *como comprovam os últimos processos licitatórios com números significativos de itens desertos e fracassados* -, tem se tornado frequente a veiculação de notícias comunicando quanto à falta de medicamentos destinado ao tratamento oncológico, impactando diretamente na saúde dos pacientes.

A espera prolongada por atendimento resulta, muitas vezes, na perda do tempo ideal para o início do tratamento, o que diminui as chances de cura ou prolonga o tempo de terapia, acarretando maiores custos para a Administração Pública e, principalmente, afeta a vida dos usuários do SUS. Além disso, a realização de exames é fundamental para o diagnóstico, controle e definição do melhor tratamento. Atualmente, a oferta desses exames não supre a demanda devido ao serviço ser destinado não exclusivamente aos pacientes oncológicos, comprometendo o início e/ou continuidade do tratamento.

Ademais, quanto ao tratamento de crianças e adolescentes (03.04.07 - Quimioterapia de tumores de criança e adolescente), embora o Hospital Municipal São José não possua habilitação para atendimento pediátrico, esclarecemos que o atendimento decorre da deliberação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (0024175885). Assim, não deverão ser atendidos pacientes com menos de 15 anos, uma vez que o hospital não possui habilitação para tanto. No entanto, poderão ser atendidos apenas pacientes entre 15 e 18 anos 11 meses e 29 dias, de acordo com a Deliberação 181/CIB/2017 da Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina (0024175885), que assim dispõe:

Art. 1º. Os pacientes menores de 15 anos deverão ser atendidos nos hospitais e/ou serviços pediátricos.

(...)

Art. 3º. Os pacientes entre 15 e 18 anos 11 meses e 29 dias deverão ser atendidos nos hospitais e/ou serviços que atendem adultos, com exceção apenas aos serviços de hebiatria que atendem esta faixa etária.

Alta Complexidade em Oncologia (CACON), precisa buscar soluções urgentes que ofereçam aos pacientes oncológicos um tratamento rápido e eficaz, considerando a alta complexidade e a necessidade de atendimento prioritário. Essa busca por soluções é crucial para garantir a qualidade de vida e a chance de cura dos pacientes, além de otimizar os recursos e gastos da Administração Pública.

Dessa forma, o processo é referente ao credenciamento de pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos, interessadas na prestação de serviços médicos especializados, em caráter Ambulatorial e/ou Hospitalar de Média e Alta Complexidade, na especialidade de Oncologia, incluídas as consultas e demais procedimentos inerentes ao tratamento.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 Embora a Instrução Normativa n.º 03/2024 (0023970042) exija o Plano de Contratações Anual (PCA) para o ano de 2024, ainda não houve a respectiva publicação do PCA. De todo modo, informamos que a contratação está prevista no plano de ações desta Autarquia para o ano de 2025.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

3.1 Para a presente contratação, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

3.1.1 Os procedimentos deverão ser realizados em conformidade com a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS, e Manual de Bases Técnicas - Oncologia do Ministério da Saúde, ou outra que venha a suprimir ou complementar.

3.1.2 A **CONTRATADA** deverá assegurar a execução dos procedimentos pelos quais se credenciou para a realização do tratamento oncológico, objeto do Termo de Contrato eventualmente firmado.

3.1.3 A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se integralmente pelos serviços terceirizados de atividade meio necessários ao cumprimento do objeto.

3.1.4 Pesquisas e tratamentos a título de experimentação somente serão permitidos mediante aprovação pela Comissão de Ética em Pesquisa, devidamente registrada no Ministério da Saúde, autorização dada formalmente pelo paciente ou seu responsável e comunicação formal junto à **CONTRATANTE**.

3.1.5 Os procedimentos inerentes ao tratamento que demandem eventual utilização de contraste deverão ser realizados de acordo com a indicação médica e por conta da **CONTRATADA**, não cabendo a **CONTRATADA**, em hipótese alguma, negativa quanto a realização do mesmo.

3.1.6 A **CONTRATADA** deverá prestar a totalidade dos procedimentos diagnósticos e terapêuticos elencados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, referentes aos serviços contratados descritos no Termo de Contrato eventualmente firmado, salvo quando dispensados pela **CONTRATANTE**.

3.1.7 A **CONTRATADA** deverá dispor de mão-de-obra com capacidade técnica para a execução do objeto: equipe multiprofissional e multidisciplinar (médico(a) oncologista, enfermeiro(a), nutricionista, psicólogo(a), farmacêutico(a) e técnico(a) de enfermagem) que contemple atividades técnicas assistenciais em consonância aos serviços prestados.

3.1.8 A **CONTRATADA** deverá oferecer os exames para o diagnóstico, definição de tratamento e seguimento, relacionados na tabela de exames, inerentes aos procedimentos eventualmente credenciados.

3.1.9 A **CONTRATADA** deverá atender aos requisitos técnicos no que se refere às condições estruturais, de funcionamento e de recursos humanos para cumprimento do objeto, estabelecidos pela Portaria nº 140, de 27 de fevereiro de 2014 do Ministério da Saúde, ou outra que venha a substituir ou complementar.

3.1.10 A **CONTRATADA** deverá obrigatoriamente dispor de Médicos Oncologistas, que deverão possuir título de Especialista emitido por instituição reconhecida pelo Conselho Regional de Medicina.

3.1.11 A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços diariamente, de segunda a sexta-feira das 07h às 19h, sábados, domingos, feriados e pontos facultativos, conforme necessidade da **CONTRATANTE**.

3.1.12 A **CONTRATADA** deverá possuir endereço próprio legalmente destinado a esta finalidade, que cumpra as exigências sanitárias, as normas regulamentadoras e que esteja localizada no município de Joinville/SC.

3.1.13 Os procedimentos de primeira consulta deverão ser executados pela **CONTRATADA** em no máximo até 10 (dez) dias corridos após a regulação do paciente pela **CONTRATANTE**.

3.1.14 A regulação e agendamento das primeiras consultas serão realizados pelo Hospital Municipal São José e Secretaria Municipal de Saúde (SMS), respeitando o sistema de rodízio a ser realizado.

3.1.15 Os agendamentos e avisos das consultas de retorno serão realizados pela **CONTRATADA**.

3.1.16 Os pacientes externos serão encaminhados via sistema SISREG, conforme fluxo definido na Deliberação 042/CIB/2018 realizada na Comissão Intergestores Bipartite (25547871 e 25547904).

3.1.16.1 Pacientes internos serão encaminhados via sistema da **CONTRATANTE**.

3.1.17 Os procedimentos de quimioterapia encaminhados para continuidade de tratamento deverão ser executados pela **CONTRATADA** em no máximo até 05 (cinco) dias corridos após a solicitação de agendamento pela **CONTRATANTE**.

3.1.18 A **CONTRATADA** responsabiliza-se pelos medicamentos e insumos, inerentes ao tratamento, objeto do contrato, ressalvados os casos em que há compra centralizada pelo Ministério da Saúde e/ou Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina.

3.1.19 A **CONTRATADA** deverá dispor dos medicamentos prescritos para o tratamento oncológico de acordo com o elenco padronizado pela **CONTRATANTE**, informado através de ato normativo específico, atualmente definido pelo Protocolo Unificado para o Tratamento das Neoplasias Malignas não Hematológicas ou outro que vier a substituir ou alterar. Todos os medicamentos listados no referido protocolo deverão ser fornecidos pela **CONTRATADA**, exceto quando adquiridos pelo Ministério da Saúde e fornecidos aos hospitais habilitados em oncologia no SUS, pelas secretarias de saúde, conforme disposto no art. 25, alínea "b" da Portaria nº 470, de 22 de abril de 2021.

3.1.20 A **CONTRATADA** deverá dispor de profissional médico clínico (01) no Serviço durante todo o período de aplicação da quimioterapia, em consonância com o art. 23, inciso II, da Portaria nº 140 de 27 de fevereiro de 2014, ou outra que venha a suprir ou complementar;

3.1.21 A **CONTRATADA** deverá manter sempre atualizado o prontuário único multiprofissional dos usuários e o arquivo médico pelo prazo estabelecido em legislações específicas.

3.1.22 Os procedimentos inerentes à realização do tratamento oncológico devem ser evoluídos em prontuário e registrados no sistema de informação para devida comprovação e fornecer ao paciente, de forma descrita, informações sobre o tratamento realizado (protocolo de medicamento, ciclo e data da administração).

3.1.23 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar agendas profissionais para cada serviço ofertado.

3.1.24 A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços contratados com exatidão e zelo nos termos da legislação vigente, responsabilizando-se integralmente pelos serviços executados.

3.1.25 A **CONTRATADA** deverá manter-se durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, como também com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente documento.

3.1.26 Não existirá um número mínimo ou máximo de credenciados.

3.2 Da subcontratação:

3.2.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor contratado, nas seguintes condições:

3.2.1.1 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação (procedimentos).

3.2.1.2 Em caso de subcontratação, permitida até o limite de 40% do valor contratado, a **CONTRATADA** deverá exigir da subcontratada os documentos de habilitação jurídica, bem como regularidade fiscal e trabalhista, conforme Edital, e submetê-los a aprovação da **CONTRATANTE**, por meio da fiscalização do contrato.

3.2.2 A subcontratação depende de autorização prévia por parte da **CONTRATANTE**, com parecer técnico da fiscalização, a qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços. Não será permitida a subcontratação da parcela principal (procedimentos), sendo que a subcontratação somente será permitida para a execução dos exames com a finalidade diagnóstica.

3.2.3 A subcontratação de que trata este item não exclui a responsabilidade do contratado perante à **CONTRATANTE** quanto à qualidade técnica do serviço prestado.

3.2.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

3.3 Frequência e Periodicidade da execução dos serviços:

3.3.1 O Hospital Municipal São José realizará visitas às instalações dos serviços interessados, visando emitir parecer técnico sobre os aspectos relativos às condições de atendimento, segurança, aparelhagem, corpo funcional e técnico, que deverão estar em consonância aos critérios exigidos na Portaria nº 140, de 27 de fevereiro de 2014 do Ministério da Saúde, em especial aos artigos 23 e 24, ou outra que venha a alterá-la ou substituí-la, bem como demais itens elencados neste documento.

3.3.2 Os serviços serão executados conforme a demanda e agenda dos prestadores, considerando, inclusive, capacidade de atendimento instalada e do horário de funcionamento a ser informado pela **CONTRATADA**.

3.3.3 Ficará a cargo do Hospital São José e Secretaria Municipal de Saúde (SMS) o agendamento e aviso do procedimento de primeira consulta para o usuário, respeitando o sistema de rodízio a ser realizado. Os agendamentos e avisos das consultas de retorno serão realizados pela **CONTRATADA**.

3.3.4 Os serviços de primeira consulta serão encaminhados à **CONTRATADA** conforme a demanda da **CONTRATANTE**, a fim de promover o atendimento dentro do prazo preconizado pela [Lei 12.732/2012](#), ou em eventuais situações de falta/desabastecimento de medicações para continuidade do tratamento já iniciado no Hospital Municipal São José. Os encaminhamentos respeitarão a capacidade de atendimento instalada da **CONTRATADA**.

3.3.5 A presente contratação será um serviço contínuo, cujo prazo de execução contratual será de 12 (doze) meses, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021.

3.3.5.1 O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021, uma vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

3.4 Cronograma de execução dos serviços:

3.4.1 O Credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado a partir da sua publicação.

3.4.2 O prazo de vigência do Contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses, prorrogável nos termos da [Lei 14.133/2021](#).

3.4.3 A **CONTRATADA** deverá iniciar a prestação de serviços em até 10 (dez) dias corridos, contados da data de recebimento da ordem de serviço.

3.4.4 A **CONTRATANTE** encaminhará conforme demanda, de forma contínua e sistemática, as solicitações de agendamento, dentro do valor estimado em contrato, ficando a **CONTRATADA** obrigada a disponibilizar as vagas.

3.4.5 O limite para a quantidade de tratamentos que o credenciado irá realizar será a capacidade técnica instalada da **CONTRATADA**, frente aos recursos financeiros disponíveis para execução, respeitado o sistema de rodízio, de forma proporcional à capacidade instalada.

3.4.6 A entrega pela **CONTRATADA** do Boletim de Produção Ambulatorial (BPA), e/ou Autorização de Procedimento Ambulatorial de Alto Custo (APAC), deverá ser realizada até o 1º (primeiro) dia útil do mês, acompanhadas das 1ª (primeiras) Vias de Requisição, cópia da Evolução da realização dos procedimentos, relação dos usuários conforme sequência das requisições, bem como o Controle de Frequência Individual devidamente assinado e datado por atendimento.

3.4.7 O valor a ser pago para a **CONTRATADA**, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá exclusivamente aos valores que constam na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, diante da apresentação de: Boletim de Produção Ambulatorial (BPA), e/ou Autorização de Procedimento Ambulatorial de Alto Custo (APAC), 1ª (primeiras) vias de Requisição de Exames, e devida relação dos usuários conforme sequência das requisições, Controle de Frequência Individual devidamente datado e assinado pelo usuário.

3.4.8 Para que ocorra o faturamento, as produções acima citadas deverão ser entregues a **CONTRATADA** em duas etapas: a 1ª (primeira) quinzena até o 17º (décimo sétimo) dia de cada mês e a 2ª (segunda) quinzena até o 1º (primeiro) dia útil do mês seguinte;

3.4.9 O pagamento será efetuado mediante apresentação dos seguintes documentos: Nota fiscal, Prova de regularidade para com a Dívida Ativa da União, Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, Prova de Regularidade Relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho e relatório de serviços/tratamentos prestados.

3.4.10 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, emitida pela **CONTRATADA** com base nos serviços prestados e certificada pelo setor correspondente.

3.4.11 Somente serão pagos os valores correspondentes às parcelas dos serviços efetivamente realizados, ou seja, as APAC's e/ou BPA's com códigos condizentes aos tratamentos, exames com suas respectivas prescrições, estando estas atestadas pelo Hospital Municipal São José, por meio da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato.

3.4.12 Resultados de exames (laudos e imagens) realizados pela **CONTRATADA** deverão ser disponibilizados por meio físico e/ou digital ao paciente, a critério da **CONTRATANTE**.

3.4.13 Quando da disponibilização de sistemas de informação pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** se obriga a integrar aos sistemas prontamente, devendo a **CONTRATANTE** comunicar e disponibilizar os meios necessários para o mesmo.

3.4.14 A **CONTRATADA** deverá atender aos usuários que forem regularmente encaminhados pela **CONTRATANTE**, obedecendo a Programação Físico Orçamentária estabelecida antecipadamente e devidamente acordada entre as partes.

3.4.15 A **CONTRATADA** deverá seguir os seguintes critérios referentes à: confirmação do atendimento; disponibilização de agendas; modelo de agenda; reagendamento dos usuários e; monitoramento de absenteísmo e reutilização do teto financeiro, conforme descrição a seguir:

a) Confirmação do atendimento: todo atendimento realizado deverá, obrigatoriamente, ser informado semanalmente ao setor Oncologia da **CONTRATANTE**, pelo prestador. A **CONTRATADA** realizará periodicamente o monitoramento desse indicador e, quando não identificada a realização de tal atividade, este realizará advertência por escrito a **CONTRATADA**. Após a comunicação formal, o prestador que persistir na ausência de confirmação da realização procedimento terá seu pagamento suspenso, até regularizar a situação.

b) Disponibilização das agendas: as agendas de cada serviço profissional do prestador deverão ser disponibilizadas a **CONTRATANTE**, respeitando a oferta da **CONTRATADA**, na assinatura do contrato. Situações de afastamento (férias, licença saúde, entre outras) e alterações de agenda devem ser comunicadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos. Caso a **CONTRATADA** não disponibilize a agenda nesse período será enviada notificação, e caso persista o fato gerador da referida notificação, ficará a **CONTRATADA** sujeita às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e cláusulas do Edital e Termo de Contrato.

c) Reagendamento de usuários: nos casos em que ocorra necessidade de bloqueio e/ou cancelamento de agenda e nestas já tenham usuários agendados, a responsabilidade da comunicação do reagendamento é da **CONTRATADA**. Estão ressalvadas as situações que apresentarem justificativa por escrito, que serão avaliadas pelo gestor do contrato. Nos casos em que haja previsão de afastamento do profissional (a exemplo: demissão, férias, congressos, etc.) devem ser comunicadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos a **CONTRATANTE**,

ao passo que deverá a **CONTRATADA** efetuar os ajustes necessários.

3.5 Local de execução dos serviços:

3.5.1 Os serviços serão prestados na sede da **CONTRATADA**, de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**, obedecendo o primeiro agendamento e condutas realizadas pelo Hospital Municipal São José. Os agendamentos e avisos das consultas de retorno serão realizados pela **CONTRATADA**.

3.6 Obrigações da Contratada específicas do objeto:

3.6.1 A **CONTRATADA** deverá atender a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - [RDC 220/2004 \(ANVISA\)](#) e da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, caso aplicável, em conformidade aos procedimentos elencados ao objeto deste Termo.

3.6.2 Cumprir a RDC nº 20 de 02 de fevereiro de 2016, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que estabelece o Regulamento Técnico para o funcionamento de serviços de radioterapia, visando a defesa da saúde dos pacientes, dos profissionais envolvidos e do público em geral, ou outra que venha a suprimir ou complementar, para os casos de credenciamento para o serviço de radioterapia.

3.6.3 O prestador deverá atender todas as exigências legais por parte do Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária e CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), caso aplicável.

3.6.4 Os medicamentos e insumos, inerentes ao tratamento, objeto do presente termo, são de responsabilidade da **CONTRATADA**, ressalvados os casos em que há compra centralizada pelo Ministério da Saúde e/ou Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina.

3.6.5 A **CONTRATADA** deverá dispor dos medicamentos prescritos para o tratamento oncológico de acordo com o elenco padronizado pela **CONTRATANTE**, informado através de ato normativo específico, atualmente definido pelo Protocolo Unificado para o Tratamento das Neoplasias Malignas não Hematológicas ou outro que vier a substituir ou alterar. Todos os medicamentos listados no referido protocolo deverão ser fornecidos pela **CONTRATADA**, exceto quando adquiridos pelo Ministério da Saúde e fornecidos aos hospitais habilitados em oncologia no SUS, pelas secretarias de saúde, conforme disposto no art. 25, alínea "b" da Portaria nº 470, de 22 de abril de 2021.

3.6.6 Quando de intercorrências no Tratamento Oncológico, o transporte intra-hospitalar ficará a cargo da **CONTRATADA**.

3.6.7 A **CONTRATADA** deverá garantir que a utilização de hemoderivados e hemocomponentes seja feita em consonância com a Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, Anexos IV e V, respectivamente, ou legislação que venha a substituir ou complementar, quando necessário.

3.6.8 A **CONTRATADA** deverá proceder à atualização de dados junto ao Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN) em articulação com o Serviço de Vigilância Epidemiológica local, informando os eventos de Notificação Compulsória ou Agravos à Saúde obrigatórios pelas Normas do SUS, com registro e envio dentro da periodicidade definida.

3.6.9 A **CONTRATADA** deverá notificar suspeitas de violência e negligência como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Maria da Penha e o Estatuto do Idoso.

3.6.10 A prescrição de medicamentos deverá observar a legislação vigente, que define que as prescrições de medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) adotarão obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira - DCB (ou seja, o nome genérico da substância ativa), instituída pela Portaria nº. 1.179, de 17 de junho de 1996 da ANVISA - ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI), conforme determina o Art. 3º da Lei Federal nº. 9.787/1999.

3.6.11 Os medicamentos a serem oferecidos no tratamento pela credenciada devem constar no rol de medicamentos padronizados pelo Hospital através do Protocolo Unificado para o Tratamento das Neoplasias Malignas não Hematológicas e os constantes no rol de medicamentos padronizados pelo Hospital através da Portaria 141/2020/HMSJ ou outra que venha a suprimir ou complementar a vigente.

3.6.12 Para a dispensação e fornecimento dos medicamentos nas unidades da rede municipal de saúde, as prescrições de medicamentos devem seguir a dosagem, apresentação e particularidades descritas na Portaria que define a Relação Municipal de Medicamentos (REMUME) de Joinville, devendo ser prescritos no sistema informatizado fornecido pela **CONTRATANTE**.

3.6.13 A dispensação dos medicamentos opioides fornecidos pelo Estado será realizada pelo Serviço de Farmácia do Hospital Municipal São José.

3.6.14 Responsabilizar-se-á por todos e quaisquer problemas técnicos, mecânicos, ou administrativos que a impeça de prestar os serviços, obrigando-se a tomar as providências e medidas indispensáveis à continuidade da prestação dos serviços contratados.

3.6.15 No caso de impedimento temporário, por qualquer motivo, a **CONTRATADA** compromete-se a encaminhar os pacientes para outra unidade de saúde com condições de prestar o serviço objeto deste Termo, ficando responsável pelo pagamento dos referidos serviços.

3.6.16 No caso de impedimento e não havendo outro serviço no município de Joinville disponível para fazer os procedimentos, todas as despesas do paciente para outro serviço em outro município, ficarão ao encargo da **CONTRATADA**.

3.6.17 Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causado ao Hospital São José e/ou a terceiros, decorrente de ação ou omissão, ou por culpa, ou em consequência de erros, imperícia ou

imprudência.

3.6.18 Justificar ao paciente ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessários à execução dos procedimentos previstos no Termo de Contrato, informando também a **CONTRATANTE**.

3.6.19 Esclarecer aos pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos.

3.6.20 Responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da execução dos serviços, sendo que nenhum ônus e obrigação trabalhista, previdenciária e fiscal serão transferidos para o Hospital Municipal São José.

3.6.21 Atender o usuário do SUS com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo a qualidade na prestação de serviços, disponibilizando acesso único aos usuários do SUS.

3.6.22 É vedada a cobrança dos serviços, direta ou indiretamente ao usuário, no que tange aos serviços cobertos pelo SUS, assim como solicitar doações em dinheiro ou que o mesmo forneça material ou medicamento para exames.

3.6.23 Responder pelas obrigações fiscais, eventualmente devidas, de qualquer natureza, relativa à equipe, sendo-lhe defeso invocar a existência desse Contrato para tentar eximir-se daquelas obrigações ou transferi-las à **CONTRATANTE**.

3.6.24 Manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados, disponibilizando a qualquer momento à **CONTRATANTE** e auditorias do SUS as fichas e prontuários dos usuários do SUS, que deverão estar em conformidade com as Resoluções dos Conselhos de Classe pertinentes e portarias correlatas, assim como todos os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança dos serviços prestados.

3.6.25 Garantir as condições técnicas e operacionais para a manutenção das licenças e alvarás nas repartições competentes, necessárias à execução dos serviços, objeto do Contrato, bem como do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde - CNES.

3.6.26 Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros por sua culpa ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares, que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados.

3.6.27 Garantir a desinfecção, esterilização e antisepsia, em perfeitas condições com as normas técnicas vigentes, bem como assegurar o uso adequado dos equipamentos. Além disso, em sua sede própria deverá, também, garantir o funcionamento das instalações hidráulicas, elétricas e de gases em geral, para a correta prestação dos serviços ora contratados.

3.6.28 Deverá oferecer os exames para o diagnóstico, definição de tratamento e seguimento, inerentes aos procedimentos realizados, garantindo-se o cumprimento da respectiva linha de cuidado

3.6.29 Notificar, de imediato, o óbito do usuário à sua família e/ou ao seu responsável e à **CONTRATANTE**.

3.6.30 A **CONTRATADA** deverá assumir inteira responsabilidade quanto às relações de trabalho pactuadas e vinculadas ao objeto, eventuais demandas judiciais e ações por perdas ou danos, bem como indenizações provenientes de erros ou mesmo por omissão de sua decisão empresarial.

3.6.31 Não recusar a realização de qualquer procedimento ou serviço contratado, sem que haja justificativa técnica formalizada junto a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.

3.6.32 A **CONTRATADA** deverá afixar aviso, às suas expensas, conforme material padrão indicado pela **CONTRATANTE** em local visível, de sua condição de entidade integrante do SUS, constando a gratuidade dos serviços prestados, nessa condição, aos usuários.

3.6.33 A **CONTRATADA** deverá sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da **CONTRATANTE** cabendo-lhe, ainda, prestar todos os esclarecimentos solicitados. Em relação às inconformidades eventualmente detectadas pela **CONTRATANTE**, as mesmas serão informadas à **CONTRATADA**, estabelecendo o prazo para que as mesmas sejam regularizadas.

3.6.34 A **CONTRATADA** deverá cumprir com os postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual ou Municipal, bem como com as Normas Internas de Segurança e Medicina do Trabalho, com normas técnicas contidas no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), NR 32 e Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH), como forma de atender as normas de segurança.

3.6.35 A **CONTRATADA** deverá refazer os serviços não aprovados pela **CONTRATANTE**, que apresentem qualquer irregularidade e/ou que estejam em desacordo com o Termo de Referência, sem ônus para a **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

3.6.36 A **CONTRATADA** deverá fornecer anualmente ao HMSJ um Termo de Sigilo e Confidencialidade conforme Anexo SEI nº 0021624643/2024 - HMSJ.CAOP.ACP das informações provenientes da **CONTRATANTE**, assinado pelo profissional responsável pelo serviço da **CONTRATADA**. A **CONTRATADA** responderá legalmente pela inobservância desta cláusula, inclusive após o término do contrato.

3.7 Da forma de convocação do credenciado:

3.7.1 Havendo mais de um credenciado, será adotado o sistema de rodízio, sendo alternado a **CONTRATANTE** a cada usuário regulado para procedimento, observada a capacidade instalada.

3.7.2 Fica VETADO, por parte médica, a escolha do serviço a ser executado devendo o mesmo obedecer o rodízio das eventuais credenciadas.

3.7.3 O rodízio iniciará pela ordem cronológica de credenciamento, sendo o primeiro credenciado o

primeiro a prestar os serviços e assim sucessivamente.

3.7.4 Caso ocorra a homologação de mais de uma credenciada na mesma data, estes serão ordenados cronologicamente daquela que primeiro apresentou os documentos, considerando a data/hora registrada no envio do e-mail.

3.7.5 Os novos credenciados passarão a integrar o sistema de rodízio como últimos da lista, ainda que os demais credenciados já tenham prestado serviço alguma vez.

3.7.6 A prestação dos serviços ocorrerá conforme a demanda, de acordo com as necessidades do Hospital Municipal São José, **sem qualquer obrigatoriedade de número mínimo de pacientes a serem atendidos.**

3.7.7 O limite para a quantidade de tratamentos que irá realizar será a capacidade técnica instalada da **CONTRATADA**, frente aos recursos financeiros disponíveis para execução, respeitado o sistema de rodízio.

3.7.8 Enquanto estiver vigente o edital, fica permitido o credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer interessado, desde que preencha as condições nele exigidas.

3.8 Da documentação relacionada à empresa:

3.8.1 Declaração formal com a indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, nos termos do art. 67, III da Lei 14.133/2021.

3.8.2 Registro de Qualificação de Especialista - RQE dos médicos e do Responsável Técnico, compatível com o tipo de tratamento a ser contratado.

3.8.2.1 Para o credenciamento do serviço de radioterapia (03.04.01 - Radioterapia), de acordo com o disposto na Portaria 140, de 27 de fevereiro de 2014, a interessada deverá, ainda, observar os seguintes critérios:

a) ter um médico especialista em Radioterapia com qualificação reconhecida e cadastrado na Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) que deverá ser responsável técnico exclusivo de um único serviço de radioterapia do estabelecimento de saúde.

b) ter como responsável técnico pelo Setor de Física Médica, um físico especialista com qualificação reconhecida e cadastrado na CNEN.

3.8.3 Comprovante de inscrição e atualização dos dados e requisitos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES da unidade.

3.8.4 Comprovação de que o responsável técnico integra o quadro permanente da proponente na data prevista para entrega dos invólucros, que deverá ser feito mediante a apresentação de Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato Social.

3.8.5 Cópia do Alvará emitido pelo órgão da Vigilância Sanitária competente, reconhecidamente apta para tal.

3.8.6 A visita técnica às instalações da interessada (antes do julgamento do requerimento de credenciamento) será realizada pelas pessoas designadas pelo Município, com o intuito de verificar e atestar a capacidade física e operacional da instalação, incluindo a análise técnica das instalações, quadro de pessoal especializado, responsável técnico, horários de atendimento, equipamentos e documentação técnica, considerando a capacidade técnica instalada, especificando o quantitativo referente a cada item apto a ser contratado/credenciado.

3.8.6.1 O Hospital deverá cumprir integralmente o **Roteiro de Visita Técnica, que será estabelecido no Termo de Referência.**

3.9 Do descredenciamento:

3.9.1 Ocorrera o descredenciamento quando:

3.9.2 Na recusa injustificada da empresa credenciada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido, implicando em seu imediato descredenciamento.

3.9.3 Por qualquer motivo o contrato entre a credenciada e a Administração for rescindido.

3.9.4 O interessado poderá requerer seu descredenciamento, por meio de declaração apresentada à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias corridos antes da realização do serviço, desde que comprove que está definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências do Edital e devidamente aceito pelo Hospital Municipal São José, nos termos legais.

3.9.5 O pedido de descredenciamento não desincumbe o **CREDENCIADO** da obrigação de executar os serviços já requisitados pela **CONTRATANTE** e das responsabilidades a eles vinculados, sendo cabível a aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e Contrato.

3.9.6 Fica assegurado à **CONTRATANTE** descredenciar a empresa em caso de inexecução total ou parcial das condições previstas no presente documento, garantida ampla defesa e contraditório, bem como se constatados os motivos a seguir relacionados:

3.9.6.1 A cobrança ou recebimento de qualquer valor de terceiros;

3.9.6.2 O não atendimento dos usuários sem justificativa ou com justificativa não aceita pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização;

3.9.6.3 O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste documento, bem como na

legislação aplicável ao objeto, ensinará o descredenciamento do proponente, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

3.9.7 A Administração poderá revogar o credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização em favor das **CONTRATADAS**, mas garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação.

3.10 Modelo de gestão e execução da contratação:

3.10.1 A gestão do contrato será realizada por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, nos termos da Instrução Normativa 03/2024;

3.10.2 Define-se como forma de comunicação com a **CONTRATADA** a formal, nos termos da Instrução Normativa 03/2024;

3.10.3 A **CONTRATANTE**, durante a execução do contrato, deverá:

3.10.3.1 Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitadas pelos funcionários da **CONTRATADA**.

3.10.3.2 Determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à perfeita execução do contrato e a tutelar o interesse público.

3.10.3.3 Estabelecer mecanismos de controle de oferta e demanda de ações e serviços de saúde contratados;

3.10.3.4 Avaliar o relatório de serviço apresentado pelo credenciado;

3.10.3.5 Efetuar o pagamento, em conformidade com o constante no contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências.

3.10.3.6 Controlar e avaliar as ações e serviços de saúde prestados na forma de:

a) Dispositivos de autorização prévia dos procedimentos ambulatoriais (APAC e BPA), salvo em situações em que fluxos sejam definidos *a priori* com autorização posterior;

b) Monitoramento da produção, avaliando sua compatibilidade com a capacidade operacional, complexidade do hospital, e de acordo com o previsto na programação Físico/Orçamentária;

c) Pesquisas diretas junto ao usuário buscando avaliação da qualidade e satisfação em relação aos serviços prestados;

3.10.3.7 Controlar, avaliar e auditar a prestação dos serviços, acompanhando inclusive o grau de satisfação dos usuários, em consonância e obediência ao prescrito nas Leis Federais 8.080/90 e 8.142/90, no Decreto Federal n.º 1.651 de 28/09/95, na Lei Municipal n.º 3.584 de 03/11/97 e no Decreto Municipal n.º 8.865 de 17/11/98.

3.10.3.8 Cumprir as regras de alimentação e processamento dos Sistemas de Cadastro de Estabelecimentos de Saúde - SCNES e da produção das ações e serviços de saúde/SIA e SIH, além dos demais sistemas de informação estabelecidos pelo gestor no âmbito da atenção hospitalar no SUS, quando disponível.

3.10.3.9 Acompanhar e analisar o alcance das metas e as justificativas enviadas pela **CONTRATADA**, para a tomada de decisão sobre alterações da Programação Físico/Orçamentária ou sua renovação.

3.10.3.10 Auditar o serviço de saúde com a finalidade de garantir o acesso e a qualidade da assistência prestada aos usuários de acordo com as normas vigentes do SUS.

3.10.3.11 Comunicar formalmente a **CONTRATADA** qualquer falha e/ou irregularidade na realização dos serviços, determinando o que for necessário à sua regularização;

3.10.4 Os demais requisitos específicos estão dispostos no Termo de Referência.

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 Para a presente contratação foram utilizados como referência as quantidades indicadas no edital de credenciamento nº 096/2019 (3627414), cujo objeto é o "*Credenciamento de pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos, que tenham dentre os seus objetivos a prestação de serviços médicos especializados, em caráter Ambulatorial e/ou Hospitalar de Média e Alta Complexidade, na especialidade de Tratamento Oncológico, a fim de atender à demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde no Município de Joinville, conforme a Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS*", de acordo com o último Aviso de Errata (0018810689).

4.2 As quantidades estimadas têm como objetivo auxiliar no processo de tomada de decisão e garantir que haja uma provisão adequada de recursos para atender às necessidades da contratação, levando-se em consideração as possíveis flutuações de consumo e eventos imprevisíveis que possam ocorrer ao longo do período de credenciamento.

4.3 As quantidades estimadas encontram-se demonstradas conforme tabela abaixo:

Código SUS			Procedimentos - Descrição	Quantidade procedimentos
	Sub-	Forma de	Estudo Técnico Preliminar - ETP 0024083203 SEI 24.0.039488-6 / pg. 8	

Grupo	Grupo	Organização		
03	01	01	0301010072 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	46.800
03	01	01	0301010048 - CONSULTA DE DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPEROR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO MÉDICO)	12.000
03	04	01	Radioterapia	36.030
03	04	02	Quimioterapia Paliativa - Adulto	4.920
03	04	03	Quimioterapia para controle temporário de doença - adulto	2.832
03	04	04	Quimioterapia prévia (neoadjuvante/citorredutora) - adulto	2.121
03	04	05	Quimioterapia adjuvante (profilática) - adulto	11.849
03	04	06	Quimioterapia curativa - adulto	581
03	04	07	Quimioterapia de tumores de criança e adolescente*	25
03	04	08	Quimioterapia - procedimentos especiais	1.104
Código SUS			Exames - Descrição	Quantidade Prevista de Exames
Grupo	Sub-Grupo	Forma de Organização		
02	01	01	Coleta de material por meio de punção/biópsia	2.610
02	02	01	Exames bioquímicos	34.126
02	02	02	Exames hematológicos e hemostasia	8.211
02	02	03	Exames sorológicos e imunológicos	4.186
02	02	04	Exames coprológicos	39
02	02	05	Exames de uroanálise	668
02	02	06	Exames hormonais	1.866
02	02	07	Exames toxicológicos ou de monitorização terapêutica	6
02	02	08	Exames microbiológicos	261
02	02	09	Exames em outros líquidos biológicos	10
02	02	10	Exames de genética	-
02	02	11	Exames para triagem neonatal	-
02	02	12	Exames imuno hematológicos	133
02	03	01	Exames citopatológicos	462
02	03	02	Exames anatomopatológicos	16048
02	04	01	Exames radiológicos da cabeça e pescoço	39
02	04	02	Exames radiológicos da coluna vertebral	443
02	04	03	Exames radiológicos do tórax e mediastino	1.026
02	04	04	Exames radiológicos da cintura escapular e dos membros superiores	247
02	04	05	Exames radiológicos do abdome e pelve	3
02	04	06	Exames radiológicos da cintura pélvica e dos membros inferiores	973
02	05	01	Ultra-sonografias do sistema circulatório (qualquer região anatômica)	300
02	05	02	Ultra-sonografias dos demais sistemas	1.505
02	06	01	Tomografia da cabeça, pescoço e coluna vertebral	93
02	06	02	Tomografia do tórax e membros superiores	300
02	06	03	Tomografia do abdomen, pelve e membros inferiores	391
02	07	01	RM da cabeça, pescoço e coluna vertebral	523
02	07	02	RM do tórax e membros superiores	104
02	07	03	RM do abdomen, pelve e membros inferiores	687
02	08	04	Procedimento: 02.08.04.005-6 - Cintilografia renal/renograma (qualitativa e/ou quantitativa)	13
02	08	05	Procedimento: 02.08.05.003-5 - Cintilografia de ossos com ou sem fluxo sanguíneo (corpo inteiro)	710
02	08	08	Procedimento: 02.08.08.004-0 - Linfocintilografia	10
02	08	09	Procedimento: 02.08.09.003-7 - Cintilografia de mama (bilateral)	10
02	09	01	Procedimento: 02.09.01.002-9 - COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	-
02	09	01	Procedimento: 02.09.01.005-3 - RETOSSIGMOIDOSCOPIA	-
02	09	01	Procedimento: 02.09.01.003-7 - ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA	-
02	02	10	Procedimento: 02.02.10.003-0 - Exame de Cariótipo ou citogenética de sangue periférico	20
02	02	10	Procedimento: 02.02.10.002-2 - Exame de Cariótipo ou citogenética de medula óssea	120

* Para o item "03.04.07 - Quimioterapia de tumores de criança e adolescente", poderão ser atendidos apenas pacientes entre 15 e 18 anos 11 meses e 29 dias, de acordo com a Deliberação 181/CIB/2017 da Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina (0024175885). Não podendo ser realizado atendimento para pacientes com menos de 15 anos.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

As soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração são:

De início, ressalta-se que devem ser atendidas as necessidades da Administração, descritas no item 1 deste Estudo Técnico Preliminar, a fim de promover a contratação de empresa para a prestação de serviços médicos especializados, em caráter Ambulatorial e/ou Hospitalar de Média e Alta Complexidade, na especialidade de

Tratamento Oncológico, a fim de atender a demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde no Município de Joinville, a ser remunerado de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM/SIGTAP/SUS. Os processos licitatórios, atualmente, seguem os critérios estabelecidos pela nova Lei Federal 14.133/2021. Dessa forma, as modalidades previstas na Lei 14.133/2021 são: **concorrência, pregão, leilão, concurso e diálogo competitivo**. Cada uma delas possui suas próprias características e devem ser usadas em situações específicas, contemplando a contratação de uma só empresa/e ou distribuidor no ramo ao final do certame.

Assim, para o presente caso, podem ser observadas as seguintes soluções:

Solução 1: Prestação dos serviços médicos especializados pelo corpo clínico e quadro de funcionários do próprio Hospital, com a realização de processo licitatório na modalidade pregão, através do Sistema de Registro de Preços, para a aquisição de insumos e medicamentos quimioterápicos, inerentes ao tratamento oncológico.

Solução 2: Contratação de empresas para prestação de serviços médicos especializados por meio do sistema auxiliar de credenciamento.

Da Análise:

Solução 1: A prestação dos serviços médicos especializados pelo corpo clínico e quadro de funcionários do próprio Hospital, com a realização de processo licitatório na modalidade pregão, através do Sistema de Registro de Preços, para a aquisição de insumos e medicamentos quimioterápicos, inerentes ao tratamento oncológico, mostra-se como opção viável, no entanto, têm se tornado frequente faltas e desabastecimento de insumos e medicamentos decorrentes de processos licitatórios desertos e fracassados e/ou atraso na entrega pelos fornecedores contratados. Além disso, os respectivos processos de compras podem apresentar contratemplos - algo comum - finalizando como deserto e fracassado e, posteriormente, há necessidade de abertura de um novo processo, o que gera atraso na continuidade da prestação dos serviços e, por consequência no tratamento dos pacientes, indispensável para o funcionamento eficiente da máquina pública. Nesse sentido, a recorrente falta de insumos e medicamentos tem atrasado significativamente os tratamentos ofertados aos usuários, prejudicando a prestação de serviços de forma eficiente pelo poder público. Assim, tal solução, apesar de viável, não se mostra como a melhor solução, sendo necessária a adoção de outras providências. Não é demais mencionar, no que se refere à solução proposta, a eventual falta de profissionais médicos, conforme já mencionado na justificativa da necessidade de contratação.

Solução 2: Contratação de empresas para a prestação de serviços médicos especializados - com a prestação de todos os exames inerentes e fornecimento dos medicamentos e insumos relacionados - por meio do procedimento auxiliar de credenciamento:

Inicialmente, tratando mais especificamente sobre o instituto do credenciamento, a Lei nº 14.133/2021, incluiu expressamente o seu conceito no art. 6º, inciso XLIII, *in verbis*:

6º. Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...) XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados; (*grifo nosso*).

Dessa forma, percebe-se que a Nova Lei autorizou, expressamente, a utilização do Credenciamento como procedimento prévio para a contratação, não só da prestação de serviços, como também do fornecimento de bens. Registre-se que o credenciamento sob a égide da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, tem um amparo próprio, sendo considerado como um procedimento prévio à contratação direta. Assim, é possível concluir que o papel do credenciamento permanece o mesmo: permitir à Administração a seleção de todos os particulares que preencham os requisitos necessários para o fornecimento de determinado bem ou serviço, de forma a facilitar futuras contratações. Em relação à economicidade, os valores para contratação são estabelecidos em edital e a empresa se habilita a prestar os serviços mediante as regras e valores do certame. Vale ressaltar que a possibilidade de credenciamento para a prestação dos serviços por todas as empresas interessadas garante, sobremaneira, a continuidade ininterrupta da assistência à saúde, evitando, de forma direta, eventual demanda reprimida de pacientes em fila de espera.

Com relação ao fornecimento de medicamentos inerentes aos procedimentos eventualmente prestados pela Contratada, é certo que a dinamicidade dos processos relacionados ao mercado de saúde restou evidenciada, ainda mais, após o período pandêmico ocasionado mundialmente pelo vírus Sars-Cov-2 (covid-19), a alta do dólar e do preço da matéria-prima e, até mesmo, o comprometimento das linhas de produção, fatores que podem ter contribuído com o reajuste anual do mercado de saúde mundial. Diante dessa nova realidade enfrentada pelos gestores e do aumento da assimetria de informações enfrentado por esses, durante a construção dos processos licitatórios, é chegada a hora da implementação de novas soluções de gestão, rompendo com o paradigma de eficiência do pregão, o qual, ao longo dos anos, tem se mostrado como uma medida antieconômica e ineficiente - para alguns casos em específico.

Ao analisar o histórico de contratações, é possível verificar que boa parte das demandas não atendidas são ocasionadas pelo insucesso nos processos de contratação de bens e serviços de saúde pública, tais como: medicamentos, materiais médico-hospitalares e serviços de saúde em geral para a população. Nesse sentido, com a advento da Lei 14.133/21, mais precisamente o art. 79, que trata do procedimento auxiliar do Credenciamento, chamou a atenção para que se pudesse haver uma mudança com relação à adoção do modelo tradicional de contratação de bens e serviços para a saúde pública, tendo em vista que tal modelo, principalmente no pós-pandemia,

vinha gerando ineficiência na implementação das políticas públicas pelos altos índices de processos desertos, fracassados ou, ainda, processos que geravam rescisão ou inexecução contratual.

Da conclusão:

A contratação de empresas para prestação de serviços especializados é amplamente realizada por órgãos e entidades, com a finalidade de atender as necessidades da Administração. Foram encontradas no sítio de compras do Governo Federal (www.comprasgovernamentais.gov.br) contratações na forma de credenciamento de empresas, o que facilita e favorece a presente contratação. As exigências para a contratação do objeto não são impeditivas e não demonstraram diminuir o interesse de potenciais fornecedores na participação do futuro processo de compra. Ainda, atualmente este é o modelo já utilizado por este hospital, por meio do Edital de Credenciamento nº 096/2019 (3627414), cujo objeto é o "*Credenciamento de pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos, que tenham dentre os seus objetivos a prestação de serviços médicos especializados, em caráter Ambulatorial e/ou Hospitalar de Média e Alta Complexidade, na especialidade de Tratamento Oncológico, a fim de atender à demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde no Município de Joinville, conforme a Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS*".

Frente a todas as situações descritas, verifica-se que a opção pelo CREDENCIAMENTO de empresas especializadas para prestação de serviços médicos especializados em caráter Ambulatorial e/ou Hospitalar de Média e Alta Complexidade, na especialidade de Tratamento Oncológico, a fim de atender a demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde no Município de Joinville, a ser remunerado de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM/SIGTAP/SUS. Tal opção deve ser considerada como viável e até recomendável para a devida contratação dos serviços, objeto do presente processo de contratação, considerando a existência de demanda - *urgências, emergências e procedimentos eletivos* -, e o histórico de contratações no Município para a devida aquisição de insumos e medicamentos (indispensável para o atendimento integral do paciente) que demonstram a comum ocorrência de processos desertos e/ou fracassados, que geram a necessidade de realização das respectivas compras por meio de dispensa de licitação.

Ao optar pelo credenciamento de empresas especializadas, a Administração Municipal de Joinville poderá se beneficiar dos seguintes aspectos:

a) Especialização e expertise: Ao contratar empresas especializadas, o município terá acesso a instituições com conhecimento e experiência na prestação de serviços médicos especializados, incluindo a organização das linhas de cuidados em oncologia. Essas empresas possuem equipes multidisciplinares capacitadas e infraestrutura adequada para oferecer tratamentos de qualidade.

b) Aumento da capacidade de atendimento: O credenciamento de empresas especializadas pode aumentar a capacidade de atendimento do município, uma vez que essas instituições já possuem estrutura e recursos necessários para realizar procedimentos de média e alta complexidade. Isso contribui para reduzir filas de espera, garantindo um atendimento mais rápido e eficiente aos usuários do SUS, e atendendo o estabelecido pela Lei 12.732/2012, que determina um prazo de 30 dias corridos para a realização de exames e 60 dias corridos para o início do tratamento.

c) Utilização de recursos especializados: Ao contratar empresas especializadas, o município poderá contar com recursos e equipamentos específicos para o tratamento de doenças complexas, como o câncer. Isso permite a utilização de técnicas avançadas e modernas, resultando em melhores resultados de saúde para os pacientes.

d) Conformidade com a Tabela SIGTAP/SUS: A contratação de empresas especializadas permite que o município esteja em conformidade com os valores previamente definidos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM (Órteses, Próteses e Materiais Especiais) do SIGTAP/SUS. Isso facilita o processo de pagamento e reembolso dos procedimentos realizados, garantindo transparência e segurança financeira para a Administração.

Assim, considerando esses benefícios, a modalidade de CREDENCIAMENTO de empresas especializadas é uma solução viável e adequada para atender à demanda dos usuários do SUS no Município de Joinville, especialmente no que diz respeito aos serviços médicos especializados, incluindo a organização das linhas de cuidados em oncologia e demais procedimentos inerentes ao tratamento.

CONCLUSÃO:

Considerando as soluções de mercado elencadas e seus respectivos elementos, a contratação através do procedimento auxiliar de credenciamento de empresas especializadas, aberto por prazo indeterminado, se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público, conforme exposto abaixo:

a) Respeita o mandamento Constitucional do art. 37, XXI, quanto ao dever de licitar, tendo em vista que é um "caso ressaltado em lei" e obedece os pressupostos da seleção pública "democrática" e "burocrática";

b) Resguarda os objetivos gerais da contratação pública da seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajosos para a administração, dentro de uma perspectiva de isonomia entre os participantes, com o aditivo final de evitar contratações inexecutáveis ou com sobrepreço;

c) Evita contratações diretas com fundamento na urgência e emergência, haja vista sua amplitude de fornecedores credenciados aptos a atender as necessidades da população;

d) Mitiga em diversos aspectos, o problema da seleção adversa, ocasionada pelo modelo da contratação ordinário através da modalidade pregão, que tem proporcionado um ambiente de insegurança e ineficiência no desenvolvimento das políticas públicas no âmbito do SUS.

Assim, considerando as soluções de mercado supra elencadas e os elementos apresentados em cada

opção, demonstra-se de forma inequívoca, que a modalidade de credenciamento, no momento, se mostrou a única e melhor opção que atende as demandas do município. É importante destacar que a competição se torna inviável devido ao grande volume de procedimentos a serem contratados, além da necessidade de dispor da maior rede possível de prestadores de serviços, o que possibilitará a ampliação do número dos atendimentos e, por consequência, redução do tempo na fila de espera.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 A contratação tem como valor estimado anual o importe de R\$ 16.404.225,20 (dezesesseis milhões, quatrocentos e quatro mil duzentos e vinte e cinco reais e vinte centavos), o que representa uma média mensal de R\$ 1.367.018,77 (um milhão, trezentos e sessenta e sete mil dezoito reais e setenta e sete centavos).

6.2 Os valores estimados para a contratação referente aos procedimentos e exames são aqueles estabelecidos pela TABELA SIGTAP/SUS, adotando-se o mesmo padrão estabelecido na última contratação, conforme Termo de Credenciamento nº 788/2022 (0018122659 - SEI 22.0.218362-5), decorrente do edital de credenciamento nº 096/2019 (3627414), cujo objeto é o "Credenciamento de pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos, que tenham dentro os seus objetivos a prestação de serviços médicos especializados, em caráter Ambulatorial e/ou Hospitalar de Média e Alta Complexidade, na especialidade de Tratamento Oncológico, a fim de atender à demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde no Município de Joinville, conforme a Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS".

6.3 Ademais, esclarecemos que foram indicados os quantitativos totais de cada subgrupo, uma vez que existem diversos procedimentos para cada subgrupo, não sendo possível informar o quantitativo exato de cada um deles. Além disso, cada procedimento específico possui um valor diferente na SIGTAP, razão pela qual foi indicada uma média da quantidade e valores de cada subgrupo, inclusive, da mesma forma que foi realizado o Credenciamento nº 096/2019 (3627414).

6.4 Os valores estimados encontram-se demonstrados conforme tabela abaixo:

Código SUS			Procedimentos - Descrição	Quantidade procedimentos	Valor Total Estimado SIGTAP (R\$)
Grupo	Sub-Grupo	Forma de Organização			
03	01	01	0301010072 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	46.800	R\$ 468.000,00
03	01	01	0301010048 - CONSULTA DE DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPEROR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO MÉDICO)	12.000	R\$ 75.600,00
03	04	01	Radioterapia	36.030	R\$ 1.327.837,10
03	04	02	Quimioterapia Paliativa - Adulto	4.920	R\$ 5.431.170,45
03	04	03	Quimioterapia para controle temporário de doença - adulto	2.832	R\$ 778.725,15
03	04	04	Quimioterapia prévia (neoadjuvante/citorredutora) - adulto	2.121	R\$ 1.861.779,05
03	04	05	Quimioterapia adjuvante (profilática) - adulto	11.849	R\$ 2.529.901,67
03	04	06	Quimioterapia curativa - adulto	581	R\$ 1.258.961,50
03	04	07	Quimioterapia de tumores de criança e adolescente	25	R\$ 42.500,00
03	04	08	Quimioterapia - procedimentos especiais	1.104	R\$ 496.248,00
TOTAL (R\$)					R\$ 14.270.722,92
Código SUS			Exames - Descrição	Quantidade Prevista de Exames	
Grupo	Sub-Grupo	Forma de Organização			
02	01	01	Coleta de material por meio de punção/biópsia	2.610	R\$ 148.333,17
02	02	01	Exames bioquímicos	34.126	R\$ 109.743,41
02	02	02	Exames hematológicos e hemostasia	8.211	R\$ 32.325,80
02	02	03	Exames sorológicos e imunológicos	4.186	R\$ 76.420,20
02	02	04	Exames coprológicos	39	R\$ 67,13
02	02	05	Exames de uroanálise	668	R\$ 2.279,41
02	02	06	Exames hormonais	1.866	R\$ 19.309,34
02	02	07	Exames toxicológicos ou de monitorização terapêutica	6	R\$ 285,50
02	02	08	Exames microbiológicos	261	R\$ 1.426,55
02	02	09	Exames em outros líquidos biológicos	10	R\$ 97,00
02	02	10	Exames de genética	-	-
02	02	11	Exames para triagem neonatal	-	-
02	02	12	Exames imunohematológicos	133	R\$ 182,21
02	03	01	Exames citopatológicos	462	R\$ 9.686,27
02	03	02	Exames anatomopatológicos	16048	R\$ 1.009.037,18
02	04	01	Exames radiológicos da cabeça e pescoço	39	R\$ 355,43
02	04	02	Exames radiológicos da coluna vertebral	443	R\$ 4.407,02
02	04	03	Exames radiológicos do tórax e mediastino	1.026	R\$ 17.401,98
02	04	04	Exames radiológicos da cintura escapular e dos membros superiores	247	R\$ 1.816,66
02	04	05	Exames radiológicos do abdome e pelve	3	R\$ 156,33
02	04	06	Exames radiológicos da cintura pélvica e dos membros inferiores	973	R\$ 17.176,83
02	05	01	Ultra-sonografias do sistema circulatório (qualquer região anatômica)	300	R\$ 17.532,00
02	05	02	Ultra-sonografias dos demais sistemas	1.505	R\$ 45.083,50

02	06	01	Tomografia da cabeça, pescoço e coluna vertebral	93	R\$ 8.620,90
02	06	02	Tomografia do tórax e membros superiores	300	R\$ 40.376,74
02	06	03	Tomografia do abdomen, pelve e membros inferiores	391	R\$ 54.204,33
02	07	01	RM da cabeça, pescoço e coluna vertebral	523	R\$ 140.556,25
02	07	02	RM do tórax e membros superiores	104	R\$ 27.950,00
02	07	03	RM do abdomen, pelve e membros inferiores	687	R\$ 184.631,25
02	08	04	Procedimento: 02.08.04.005-6 - Cintilografia renal/renograma (qualitativa e/ou quantitativa)	13	R\$ 1.729,39
02	08	05	Procedimento: 02.08.05.003-5 - Cintilografia de ossos com ou sem fluxo sanguíneo (corpo inteiro)	710	R\$ 135.602,90
02	08	08	Procedimento: 02.08.08.004-0 - Linfocintilografia	10	R\$ 1.413,30
02	08	09	Procedimento: 02.08.09.003-7 - Cintilografia de mama (bilateral)	10	R\$ 2.894,30
02	09	01	Procedimento: 02.09.01.002-9 - COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	-	-
02	09	01	Procedimento: 02.09.01.005-3 - RETOSSIGMOIDOSCOPIA	-	-
02	09	01	Procedimento: 02.09.01.003-7 - ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA	-	-
02	02	10	Procedimento: 02.02.10.003-0 - Exame de Cariótipo ou citogenética de sangue periférico	20	R\$ 3.200,00
02	02	10	Procedimento: 02.02.10.002-2 - Exame de Cariótipo ou citogenética de medula óssea	120	R\$ 19.200,00
TOTAL (RS)				-	R\$ 2.133.502,28

* Para o item "03.04.07 - Quimioterapia de tumores de criança e adolescente", poderão ser atendidos apenas pacientes entre 15 e 18 anos 11 meses e 29 dias, de acordo com a Deliberação 181/CIB/2017 da Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina (0024175885). Não podendo ser realizado atendimento para pacientes com menos de 15 anos.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 O Credenciamento de pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos, que tenham dentre os seus objetivos a prestação de serviços médicos especializados, em caráter Ambulatorial e/ou Hospitalar de Média e Alta Complexidade, na especialidade de Oncologia, a fim de atender a demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde no Município de Joinville, a ser remunerado de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM/SIGTAP/SUS. Algumas das principais justificativas podem incluir:

a) Ampliação do acesso à saúde: O credenciamento de instituições especializadas pode aumentar a oferta de serviços médicos de alta complexidade, incluindo tratamentos oncológicos, o que resultará em maior acesso aos cuidados de saúde para a população de Joinville, especialmente para aqueles que necessitam de tratamentos mais específicos e avançados.

b) Redução das filas de espera: O credenciamento de novas instituições médicas com capacidade para prestar serviços ambulatoriais e hospitalares de média e alta complexidade contribuirá para a redução das filas de espera. A inclusão de mais opções de prestadores de serviços permitirá uma distribuição mais equitativa da demanda, evitando sobrecargas em determinadas unidades de saúde e possibilitando um acesso mais rápido e efetivo aos tratamentos necessários.

c) Melhoria na qualidade dos serviços: A entrada de novas instituições no sistema de saúde municipal pode promover uma competição saudável entre os prestadores de serviços, estimulando a busca pela excelência e qualidade nos atendimentos. Isso pode levar a uma melhoria geral na qualidade dos serviços oferecidos, resultando em um melhor atendimento aos pacientes e uma maior eficácia nos tratamentos.

d) Utilização eficiente dos recursos: O credenciamento de instituições especializadas permite uma melhor utilização dos recursos disponíveis. Com uma maior diversidade de prestadores de serviços, é possível direcionar os pacientes para as instituições que possuem a expertise necessária, evitando deslocamentos desnecessários e otimizando o uso dos recursos médicos e financeiros disponíveis.

e) Foco na prevenção e tratamento adequado: A parceria com instituições especializadas em oncologia e outros tratamentos médicos complexos pode resultar em uma abordagem mais completa de prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças, o que contribui para melhores resultados de saúde da população.

f) Atendimento às necessidades específicas da população: O credenciamento de pessoas jurídicas especializadas em serviços médicos permite uma abordagem mais direcionada e específica para atender às demandas dos pacientes. No caso da organização das linhas de cuidados em oncologia, por exemplo, o credenciamento de instituições especializadas nessa área garantirá um tratamento mais adequado e especializado para os pacientes com câncer, atendendo às suas necessidades específicas.

g) Atualização tecnológica e conhecimento científico: O credenciamento de instituições especializadas pode garantir que os serviços oferecidos estejam atualizados com as mais recentes tecnologias e conhecimentos científicos, possibilitando tratamentos mais eficazes e modernos.

h) Ausência de interrupção de tratamento em virtude de falta de insumos e medicamentos inerentes e indispensáveis ao tratamento, considerando que os recursos serão fornecidos diretamente pelos Credenciados.

7.2 Portanto, ao considerar todos esses aspectos, contratação através do procedimento auxiliar de credenciamento de empresas especializadas, aberto por prazo indeterminado, se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público, visando atender de forma mais eficiente a demanda dos usuários do SUS, especialmente no que se refere ao tratamento de doenças complexas como

o câncer e outros procedimentos médicos especializados.

7.3 A mais disso, considerando a possibilidade de contratação simultânea para o mesmo objeto, importante registrar que não houve perda da economia de escala, mostrando-se possível e conveniente a execução simultânea e, ainda, ressalta-se que haverá controle individualizado para execução de cada contrato (conforme art. 49 da Lei nº 14.133/2021).

7.4 Não há necessidade de manutenção e assistência técnica, haja vista que todos os serviços elencados nos documentos de contratação serão realizados pela empresa credenciada, ficando responsável pela manutenção dos seus equipamentos, conforme item 3.1.3 do TR dispõe que "**A CONTRATADA deverá responsabilizar-se integralmente pelos serviços terceirizados de atividade meio necessários ao cumprimento do objeto**".

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 Quanto ao parcelamento, no que diz respeito aos procedimentos, mostra-se tecnicamente viável dividir a solução/contratação. Assim, entende-se que o interessado deverá credenciar-se para realização de 1 (um) ou mais procedimentos previstos, bem como deverá realizar os exames complementares inerentes aos procedimentos credenciados.

8.2 Quanto aos exames, é vedado o credenciamento para realização dos exames complementares de forma isolada. Dessa forma, os exames somente poderão ser contratados em conjunto com os procedimentos de consulta e tratamento quimioterápico. As clínicas eventualmente contratadas deverão realizar as consultas, tratamentos quimioterápicos e os exames que optarem credenciar-se inerentes ao tratamento ofertado, promovendo a linha de cuidado do paciente atendido. Permitir o credenciamento de exames de forma isolada prejudicaria a própria gestão e controle dos termos de credenciamento eventualmente firmados, ao passo que o parcelamento dos exames poderia comprometer o tratamento do paciente, que, porventura, poderia não ter acesso integral à sua linha de cuidado correspondente.

8.3 Com relação à viabilidade econômica, demonstra-se como a melhor opção, tendo em vista que os valores definidos para os procedimentos e exames são aqueles previamente estabelecidos pela Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS, mostrando-se indiferente o fracionamento dos procedimentos - desde que vinculados à realização dos exames complementares e inerentes ao tratamento ofertado. Há, ainda, melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir os procedimentos definidos, não incorrendo em perda de economia de escala, considerando que o objeto da contratação (por procedimentos e exames complementares inerentes) é divisível e pode ser parcelado.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1 Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões.

9.2 Entretanto, aqui relevante constar que, os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados a formatação da contratação, considerando que o objetivo precípuo da presente contratação, por meio de Credenciamento, é estabelecer parcerias com entidades especializadas na área da saúde, para **garantir a oferta de serviços médicos de qualidade aos pacientes que necessitam de tratamento oncológico**. A contratação tem como foco a criação de uma rede de cuidados eficiente e abrangente, visando atender às demandas crescentes dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade de Joinville. Isso inclui a realização de tratamentos quimioterápicos, exames diagnósticos, monitoramento do paciente e demais procedimentos necessários para o manejo adequado da doença. A mais disso, o Credenciamento busca assegurar o acesso aos serviços necessários para o diagnóstico precoce, tratamento efetivo e acompanhamento contínuo dos pacientes oncológicos. A organização das linhas de cuidados em oncologia visa otimizar os recursos disponíveis, melhorar a eficiência do atendimento e proporcionar uma abordagem multidisciplinar e integrada no enfrentamento do câncer.

9.3 Neste caso específico, o objetivo é garantir um atendimento rápido e eficaz aos pacientes oncológicos que iniciarão o tratamento e acompanhamento na área de oncologia. A ausência dessa contratação acarretaria prejuízos significativos para a Administração, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico. Agravar-se-ia o quadro de doença dos pacientes devido à espera prolongada pelo início do tratamento, o que resultaria em um maior consumo de outros serviços e insumos, sobrecarregaria os profissionais e os serviços de saúde, além do mais grave prejuízo envolvido: o comprometimento da vida dos pacientes.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 Importante pontuar que quanto a equipe técnica de fiscalização, este Hospital possui servidores com experiências técnicas e conhecimento acerca dos serviços a serem prestados, bem como, caso necessário, pode-se solicitar o suporte das demais Secretarias.

10.2 Ainda, registramos que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa deverá observar que não se

recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 Atualmente está aberto o Edital de Credenciamento nº 096/2019 destinado ao Credenciamento de pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos, que tenham dentre os seus objetivos a prestação de serviços médicos especializados, em caráter Ambulatorial e/ou Hospitalar de Média e Alta Complexidade, na especialidade de Tratamento Oncológico, a fim de atender à demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde no Município de Joinville, conforme a Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM – SIGTAP/SUS (19.0.025421-0), bem como os contratos abaixo:

Termo de Contrato n. 833/2022 (22.0.278544-7), vigente até 20/09/2025;

Termo de Contrato nº 950/2024 (24.0.117082-5), vigente até 10/07/2025;

Termo de Contrato nº 1130/2024 (24.0.176545-4), vigente até 09/09/2025.

Contudo, o edital foi realizado com base na Lei n. 8.666/1993, havendo necessidade de alteração para atualização da legislação, bem como para atender a realidade atual do hospital. Assim, com a publicação do edital referente à presente contratação, o edital atual será substituído, bem como serão rescindidos os contratos.

11.2 Não tramitaram nesta unidade e não foram identificadas, qualquer informação referente a existência de eventual contrato nos consórcios (CINCATARINA, CISNORDESTE e CIM-AMUNESC), que se assemelhem ao modelo de contrato objeto deste processo.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, a contratada deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

a) identificação de riscos - para a presente contratação constatou-se os seguintes riscos:

- 1) Não aparecer qualquer interessado na presente contratação;
- 2) Os interessados que solicitarem o credenciamento não possuírem capacidade técnica para a prestação dos serviços;
- 3) Atraso na execução dos serviços ou inexecução contratual por parte do Credenciado.

b) análise de riscos - os riscos encontrados possuem como consequência potencializar a doença devido ao atraso no início do tratamento, podendo agravar o quadro clínico dos pacientes, mudando o estágio da doença, que, a principio, passaria de um tratamento curativo para um tratamento paliativo e até causar óbitos. Todos os riscos verificados podem comprometer os serviços e comprometer a assistência em vários pontos de atenção.

Probabilidade P		
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5

c) avaliação de riscos - dos riscos encontrados, procedendo a ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como "alto".

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

d) tratamento de riscos - Com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de mitigar e transferir. Caso configurados os riscos, os serviços deverão ser prestados pelo Hospital, com o acompanhamento contínuo quanto à necessidade de manter vigentes atas de registro de preços destinadas à aquisição de insumos e medicamentos do elenco, evitando assim a interrupção do tratamento destinado aos pacientes e desabastecimento da rede.

Ainda, para minimizar os riscos em questão, foram revisadas as exigências para a execução dos serviços para que estas configurem as mínimas necessárias para o atendimento satisfatório das necessidades desta Administração Municipal. E, quanto aos valores dos procedimentos e exames, estes foram definidos conforme tabela SIGTAP/SUS referente à cada tratamento ofertado.

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		

6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		

Conclusão:

Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável o "*Credenciamento de pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos, que tenham dentre os seus objetivos a prestação de serviços médicos especializados, em caráter Ambulatorial e/ou Hospitalar de Média e Alta Complexidade, na especialidade de Oncologia, a fim de atender a demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde no Município de Joinville, a ser remunerado de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM/SIGTAP/SUS*".

Dessa forma, conforme demonstrado anteriormente, ao optar pelo credenciamento de empresas especializadas, a Administração Municipal de Joinville poderá se beneficiar de diversos aspectos, tais como: especialização e expertise, aumento da capacidade de atendimento e ampliação do acesso à saúde, redução das filas de espera, melhoria na qualidade dos serviços, foco na prevenção e tratamento adequado, atualização tecnológica e conhecimento científico e utilização eficiente de recursos especializados.

Portanto, ao considerar todos esses aspectos, o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público, visando atender de forma mais eficiente a demanda dos usuários do SUS, especialmente no que diz respeito aos serviços médicos especializados, incluindo a organização das linhas de cuidados em oncologia e demais procedimentos inerentes ao tratamento.



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Barrea, Gerente**, em 29/05/2025, às 11:50, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Joisse Lucir Antonio Souza, Coordenador(a)**, em 30/05/2025, às 12:33, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0024083203** e o código CRC **734094CE**.

Av. Getúlio Vargas, nº 238, C.P 36 - Bairro Centro - CEP 89202-050 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

24.0.039488-6

0024083203v183